

III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem
XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul
III Encontro dos Mestrados Profissionais em Educação e Letras

Tema: **IMPACTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

UEMS, Campo Grande, Brasil - 06 a 08 de junho de 2018



HUGO: UM CASO DE ESCOLARIZAÇÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLA DO CAMPO.

GALVÃO, Paulo Eduardo S.

Resumo

O presente artigo busca apresentar a interface existente entre as políticas educacionais da educação especial na perspectiva inclusiva com a educação do campo. A escolarização do estudante com deficiência como está configurada hoje é resultado de um processo histórico deste público. Este processo, como todo outro recebeu influências de fatores sócio-histórico-culturais que permitiram que estes estudantes estivessem em contexto escolar comum. As legislações atuais, tanto a política para a educação especial como a educação do campo regem o direito do estudante à educação. Para a realização da interface entre as políticas educacionais será tomado como pressupostos a Política Nacional para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002). As conclusões encontradas apontam que o diálogo existente entre a Política Nacional para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ainda não delinearam um caminho que atenda de forma satisfatória as especificidades deste público no contexto educacional mencionado. A abordagem mencionada requer que antigos paradigmas da homogeneidade sejam superados, que a segregação que engessa e isola tanto o estudante com deficiência, como o estudante do campo sejam destruídos por práticas pedagógicas que vertam para a real escolarização dos estudantes envolvidos no contexto. Repensar em práticas pedagógicas e em propostas curriculares para a realidade de estudantes com deficiência em contexto escolar do campo exige um olhar atento para estes estudantes. É necessário compreender a sua localidade, de onde aprendem e o que aprendem, a sua escolarização deve ser movida por contextos que representam a sua realidade.

Palavras-chave: Escolarização. Educação Especial. Educação do Campo.

Introdução

O presente artigo, de caráter introdutório, resulta de uma análise das políticas públicas que abrangem a educação especial e a educação do campo. Partiu de um estudo de caso, onde o estudante com deficiência intelectual encontra-se matriculado em uma escola do campo. Almeja-se com o texto promover discussões acerca das políticas públicas existentes e as suas aplicabilidades é apresentada a abordagem da temática quanto a escolarização do sujeito analisado.

A escolarização do estudante com deficiência tem sido tema de diversos debates e objeto de pesquisas no que se relaciona ao processo de inclusão destes estudantes em escolas do ensino comum. As indagações dirigidas a esta temática sempre retornam ao ponto fundamental do processo de aprendizagem: a relação educativa estabelecida entre os professores e estudantes. Conforme Alves (2005), a relação educativa é a relação que coloca, frente a frente, uma forma histórica de educador, de um lado, e uma forma histórica de educandos do outro. Sendo assim, compreende-se que a relação educativa é a prática pedagógica existente no ato em si. Onde o professor através do seu fazer pedagógico atinge a aprendizagem do estudante respeitando as suas especificidades.

De acordo com pesquisa realizada por Pletsch (2014),

Acompanhar pedagogicamente o aluno com deficiência mental tem sido identificado por diferentes autores como um dos grandes desafios para a educação, que se habituou a trabalhar com o aluno “ideal”, dentro de um padrão predominantemente racional, baseado em um modelo único de ensino-aprendizagem, sem considerar a diversidade humana e possibilidades de escolarização de pessoas com alguma deficiência. (PLETSH, 2014, p. 250)

O processo de escolarização destes estudantes, busca entre tantos caminhos orientar-se pelo respeito a singularidades apresentadas pelo estudante, reconhecendo que estes apresentam especificidades que devem ser consideradas nas dimensões pedagógicas que objetivam garantir o desenvolvimento humano.

A escolarização, de um modo geral apresenta-se como sendo a forma de concretizar ou materializar o processo de aprendizagem dos alunos. Conforme Ribeiro (2006), há um conjunto de argumentos sociológicos e históricos capazes de dar resposta aos questionamentos referentes à exclusão de grupos neste processo. Segundo o autor,

[...] a escolarização diz respeito ao complexo processo que envolve aspectos relacionados com a instituição escolar: a quem é oferecida, qual a sua função, sua organização, seu currículo, a tecnologia a sua disposição (livros, recursos e materiais utilizados para a escrita, entre outros), a forma e o princípio das ações pedagógicas desenvolvidas em seu interior, o sistema escolar (se é constituído ou não), entre outros, inclui saberes culturais associados a determinados grupos profissionais e a transformação destes em disciplinas escolares. (RIBEIRO, 2006, p.53)

Mediante o que foi exposto pode-se aqui realizar o seguinte questionamento: O estudante com deficiência faz parte deste processo de escolarização? A escolarização como projeto político orientado para a sua universalização tem atingido ao público alvo da educação especial¹ em contexto da educação do campo?

Hugo: eu quero participar

Hugo, 14 anos, está matriculado no 4º ano do ensino fundamental de uma escola pública caracterizada como escola do campo. O estudante não está alfabetizado, precisa de ajuda para realizar as leituras propostas, copia as atividades da lousa, mas não as responde. Nas aulas procura ser prestativo com diversas atividades, procura manter o bom relacionamento com os colegas e com os professores. Apresenta grande interesse nas aulas de ciências e de educação física, geralmente quer organizar os grupos para realizar as atividades de experiências ou as atividades físicas, ajuda os professores a organizar as carteiras e os materiais no ginásio esportivo. No laboratório de informática gosta de assistir vídeos educativos apresentados pelos professores e de jogos diversos. Na hora do recreio brinca com os amigos, dificilmente se envolve em confusões ou em brigas. Por morar em região rural, o estudante não recebe nenhum atendimento clínico necessário, frequenta o Atendimento Educacional Especializado oferecido pela escola uma vez por semana, em decorrência do transporte escolar.

De onde se fala

O estudo de caso apresentado relata a realidade de estudantes que residem em região rural. Situação que evidencia inúmeras especificidades em decorrência do contexto do campo. Para atender a estas especificidades, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (1996), em seu princípio afirma,

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

Desta forma, entende-se que os estudantes do campo têm por amparo a educação escolar conforme as suas especificidades contidas em sua organização social. Este grupo de estudantes, apresenta em seu contexto escolar influências afirmadas conforme a sua regionalidade, fatores climáticos, territoriais e culturais. Sendo assim, o referido grupo merece uma atenção maior a sua escolarização e organização escolar. Em seu parágrafo único as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo delineiam a educação destes estudantes.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002).

Compreende-se assim que, ao falar de educação do campo deve-se considerar a legislação específica para esta. Os estudantes inseridos em tal contexto devem ser analisados conforme a realidade da qual fazem parte considerando as situações que integram e solidificam o processo de escolarização.

O contexto da educação do campo promove inúmeros questionamentos, muitos deles surgem a partir da própria LDB que garante o atendimento em instituições rurais às pessoas do campo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 28 enfatiza que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p.9).

O direito à escolarização ressignificando e repostado com maior abrangência e urgência, segundo Arroyo, Caldart e Molina (2011) deve estar relacionado à função social e cultural da escola. Isto acontece mediante a articulação orgânica entre a dinâmica social e cultural do campo e de seus movimentos. Quando se menciona o contexto de uma escola faz-se a abordagem dos interesses sociocultural dos diferentes grupos sociais que compõem a comunidade escolar. Analisando o caso Hugo, verifica-se que o estudante está inserido em

contexto escolar do campo e que é um estudante com deficiência intelectual. Sendo assim, o seu processo de escolarização requer um olhar mais atento.

Esse movimento de escolarização do estudante com deficiência, entre novos caminhos, busca orientar-se pelo respeito a singularidades apresentadas pelo estudante, reconhecendo que estes apresentam características particulares que devem ser consideradas nas iniciativas pedagógicas que objetivam garantir o desenvolvimento cognitivo desses sujeitos. Conforme Ferreira (2013),

Cada aluno merece ser olhado como uma pessoa que é constituída por múltiplos elementos e uma história própria; para quem o como fazer ou o que fazer para ensiná-lo não depende da receita pedagógica anterior, definida pela deficiência e pelo grau de gravidade. Na base dessa questão está a necessidade de ressignificação da relação diagnóstico/perspectivas educacionais/práticas pedagógicas. (FERREIRA, 2013, p.10)

Para Galvão (2016), a escolarização deve significar mais que o aprender a ler e a escrever; deve promover uma virada constitutiva para um outro sujeito. Hoje, para a maioria dos estudantes com deficiência, nem o ler e escrever instrumental está se viabilizando plenamente. A necessidade de favorecer a escolarização aos estudantes com deficiência em ambiente escolar vai além do aprender a ler e a escrever, é preciso promover uma aprendizagem que esteja relacionada a aprendizagem significativa. Entende-se por aprendizagem significativa aquela aprendizagem que apresenta um significado do aprendido com as vivências do cotidiano do estudante.

A escolarização, de um modo geral apresenta-se como sendo a forma de concretizar ou materializar o processo de aprendizagem dos alunos. Conforme Ribeiro (2006), há um conjunto de argumentos sociológicos e históricos capazes de dar resposta aos questionamentos referentes à exclusão de grupos no processo de escolarização. Segundo o autor,

[...] a escolarização diz respeito ao complexo processo que envolve aspectos relacionados com a instituição escolar: a quem é oferecida, qual a sua função, sua organização, seu currículo, a tecnologia a sua disposição (livros, recursos e materiais utilizados para a escrita, entre outros), a forma e o princípio das ações pedagógicas desenvolvidas em seu interior, o sistema escolar (se é constituído ou não), entre outros, inclui saberes culturais associados a determinados grupos profissionais e a transformação destes em disciplinas escolares. (RIBEIRO, 2006, p.53)

Conforme o autor, o modo contemporâneo da escolarização vem sendo colocado em xeque. Não somente pelas dificuldades para fazer com que ele realmente se efetive, como

também pelos conjuntos de transformações sociais existentes que levam este modo da escolarização dar uma resposta positiva à crise do sistema educacional existente. Nesta perspectiva direciona-se a investigação desta seção, buscando apresentar o processo de escolarização do estudante com deficiência mediante ao modo contemporâneo da escolarização.

Desta forma, conhecendo o que preconiza a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que ampara a garantia dos direitos educacionais a estes estudantes, onde, afirma que:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL 2008. p 14).

Em pesquisa desenvolvida por Galvão (2016), evidenciou-se que,

[...] a questão da escolarização do estudante com deficiência no ensino comum deve-se considerar estes como sujeitos atuantes de seus processos de aprendizagem. Estes estudantes devem ser vistos e compreendidos como sujeitos pertencentes a escola e que apresentam diferentes interesses no processo de aquisição do conhecimento acadêmico. O processo de escolarização destes sujeitos deve apresentar-se de fundamental importância em sua constituição enquanto cidadão (GALVÃO, 2016. p. 37)

Os conhecimentos escolares desenvolvidos com estes estudantes devem apontar para a sua vivência social e promover de forma satisfatória a conquista da autonomia e liberdade em contexto social. Desta forma, a aprendizagem ocorrida no âmbito escolar deve promover mudanças no contexto sociocultural destes estudantes. Considerações importantes quanto a aprendizagem e a apropriação sociocultural do contexto escolar.

A interface entre a Educação do Campo e a Educação Especial – Um contexto de exclusão

A situação da escolarização do estudante com deficiência em escola do campo tem apresentado o questionamento quanto as práticas pedagógicas desenvolvidas com estes alunos. As práticas pedagógicas caracterizam-se como sendo o verdadeiro direcionamento da efetiva escolarização destes alunos. O cotidiano escolar e a rotina adotada por muitos professores no que diz respeito ao processo de aprendizagem evidenciam a realidade de um processo de ensino-aprendizagem que se distanciam do proposto para uma educação do campo. Mais ainda no que se tange ao processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva visa atender aos estudantes público alvo da educação especial em suas especificidades promovendo nestes a sua independência e autonomia visando a real construção da cidadania. Compreende-se assim que, no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, as práticas pedagógicas existentes deveriam atender de forma eficaz a estes estudantes não gerando a exclusão ou um ensino paralelo dentro da sala de aula. Mas acima de tudo, deveria promover um aprendizado que garantisse o seu desenvolvimento cognitivo favorecendo a sua aquisição de identidade enquanto sujeito participante de um grupo escolar.

Em um contexto escolar do campo, o processo de ensino-aprendizagem tende a atender à necessidade desta realidade através de uma proposta curricular que favoreça o conhecimento científico mediante a realidade dos estudantes. Um currículo apropriado a realidade da escola do campo permite que práticas da vida cotidiana dos estudantes sejam evidenciadas em estudos científicos. Ou seja, a aproximação da prática deve fazer parte do conhecimento elaborado. Com isto, práticas pedagógicas que norteiam e delineiam a aquisição do conhecimento fariam parte do cotidiano escolar apresentando-se como o saber proveniente da realidade dos estudantes. Estes saberes são entendidos como sendo os promotores da apropriação do espaço geográfico em que se vive, bem como da própria cultura existente no contexto do campo.

Ao tomar as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo verifica-se que a mesma direciona toda a prática pedagógica para uma apropriação do conhecimento a partir da realidade dos estudantes. Novamente os saberes existentes a partir do seu contexto evidenciam a necessidade de uma proposta curricular apropriada para atender

a realidade escolar. Entende-se por proposta curricular aquela que apresenta em sua estrutura componentes curriculares que dialogam com o contexto educacional e realidade da comunidade escolar.

Uma escola aberta para o diálogo curricular tende a atender as necessidades de aprendizagem da comunidade escolar. A educação do campo, não muito distante desta realidade, busca atender a formação humana dos estudantes pertencentes a este contexto. A proposta curricular aproxima-se da realidade promovendo o diálogo entre o saber da terra existente e o saber científico. A busca do conhecimento através da análise da realidade, do estudo e apropriação do saber da terra, da sua realidade local.

Não muito distante desta proposta curricular de atender as especificidades da educação do campo, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva tende a apresentar igual proposta de aprendizagem para os estudantes com deficiência. O processo de ensino e aprendizagem das duas realidades apontam para uma tomada de reflexão da proposta curricular existente e as práticas pedagógicas existentes para se atender as especificidades dos estudantes com deficiência em contexto da educação do campo.

Em sua dissertação Marcoccia (2011) elenca alguns aspectos que delineiam a interface entre educação especial e educação do campo:

1) ambas são fruto das contradições oriundas dos condicionantes históricos estruturais, a exemplo da concentração da terra e da riqueza; 2) são também fruto das lutas de organizações e movimentos sociais contra os múltiplos processos de exclusão social; 3) ambas evidenciam a luta pelo reconhecimento da vida das pessoas e das suas necessidades básicas; 4) colocam em evidência as relações socioculturais excludentes que foram construídas historicamente no Brasil; 5) as lutas e demandas desencadeadas pelos diversos sujeitos sociais têm desencadeado respostas dos governantes, que aparecem no formato de parcerias e programas com temporalidade prevista (MARCOCCIA, 2011. p.157)

Conforme pesquisa realizada por Nozu, Bruno e Heredero (2016), a educação especial e a educação do campo são historicamente marginalizadas no cenário educacional brasileiro. Ambas se configuram como sendo minorias em contexto educacional, pois buscam atender as especificidades de grupos que ocupam as margens da educação, compostos por sujeitos que lutam por seus direitos e conquistas na sociedade. A educação deveria atender a todos sem a necessidade de se criar políticas específicas que assegurassem a real educação de sujeitos postos as margens de todo o processo.

Neste contexto de “margem” da educação é que escuta a voz do estudante com deficiência inserido no contexto da educação do campo. É deste local de apropriação

territorial e de conhecimento elaborado que se escuta a voz do estudante Hugo que clama pelos seus direitos a uma educação igualitária, onde o seu saber da terra evidencia a necessidade de uma reflexão acerca da proposta curricular adequada. Nesta perspectiva, Oliveira (2014) aponta a existência de uma relação teórica entre educação especial com perspectiva inclusiva e educação do campo, considerando que ambas compartilham das seguintes matrizes educacionais: autonomia, trabalho, cultura, eticidade e criticidade.

Considerações Finais

A História da Educação Brasileira nos apresenta que sempre existiu a luta de classes sociais em busca de seus direitos à educação de forma igualitária. Não muito distante desta luta de classes sociais encontram-se hoje os estudantes com deficiência matriculados em escolas do campo. Os direitos à educação assegurados pelas legislações destes dois grupos marginalizados evidenciam a necessidade de mudanças nas políticas públicas educacionais que apresentam a localidade social dos envolvidos. Cabe atentarmos para a realidade educacional apresentada como sendo uma prática democrática. No entanto, muitas vezes manifestadas como uma prática excludente. Conforme aponta Damasceno,

Por mais que consideremos esse momento social, cultural e político como favorável ao acolhimento das diferenças, não podemos ignorar que não estamos imunes à reprodução de concepções e práticas balizadas na segregação, tão presentes na história da pessoa com deficiência. (DAMASCENO, 2010)

A escola torna-se palco de ações muito fortes e presentes nos mais diversos grupos sociais, nela permeiam contextos e realidades diversas que configuram a formação humana dos estudantes. Por esta razão deve-se ficar muito atenta às manifestações que acontecem em seu interior. As formas como os grupos sociais que compõem a comunidade escolar se apresentam e manifestam as suas peculiaridades socioculturais. A escola traz em seu bojo estas manifestações que devem ser compreendidas e consideradas como fator determinante no processo de escolarização destes grupos.

O processo de escolarização dos estudantes com deficiência em contexto escolar do campo deve atender-se não somente para a aplicabilidade das leis que amparam e asseguram a presença destes estudantes na escola. Mas, principalmente, atender-se para as manifestações

existentes a este grupo marginalizado que é composto por uma dupla evidencia de grupos sociais distintos.

Tanto a educação especial quanto a educação do campo resultam de caminhos em suas histórias alicerçadas por movimentos e lutas de classes sociais. As políticas existentes hoje apontam como sendo uma resposta aos anseios e perspectivas destes dois grupos em busca de efetivação dos seus direitos à educação e a cidadania. O processo de escolarização do estudante com deficiência em escola do campo ainda precisa ser repensado no que diz respeito às suas especificidades, considerando o seu espaço territorial, a sua cultura, o meio social em que vive, as suas especificidades que o classifica como estudante com deficiência.

Entende-se que a Política Nacional para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ainda não delinearão um caminho que atenda de forma satisfatória as especificidades deste público no contexto educacional mencionado. A abordagem mencionada requer que antigos paradigmas da homogeneidade sejam superados, que a segregação que engessa e isola tanto o estudante com deficiência, como o estudante do campo sejam destruídos por práticas pedagógicas que vertam para a real escolarização dos estudantes envolvidos no contexto.

Ainda há muito o que se propor para a eficaz aplicabilidade das legislações que norteiam as práticas escolares que abrangem os contextos envolvidos. No entanto, o diálogo entre as partes se faz necessário para a integridade educacional, considerando que o sujeito abordado por ambas faz parte de um mesmo processo de escolarização. Considera-se ainda que o processo de escolarização direcionado deva contemplar as especificidades dos contextos promovendo no estudante a sua dignidade social distanciando-se de situações segregadoras.

Com certeza, o estudante com deficiência matriculado em contexto escolar do campo tem os direitos assegurados pela legislação e que tal situação requer uma reflexão de novas práticas educacionais que evidenciam a sua real inclusão no ambiente escolar. Não muito distante desta reflexão, surge a necessidade de discutir uma proposta curricular que atenda não somente os estudantes com deficiência, mas todos os estudantes que integram a realidade da educação do campo. Pensar em uma proposta curricular para a escola do campo implica distanciar-se de currículos homogêneos pensados para escolas urbanas.

Tomando o estudo de caso mencionado, onde o estudante Hugo encontra-se em situação de distorção série-idade, que os seus interesses no âmbito social distanciam do restante da turma em que está matriculado e que os componentes curriculares, bem como os conteúdos apresentados em aulas, não promovem uma real aprendizagem significativa para o

estudante. Os seus interesses vertem para a aprendizagem das suas manifestações socioculturais que contextualizam a sua realidade rural e dinamicidade social. Repensar em práticas pedagógicas e em propostas curriculares para a realidade de estudantes com deficiência em contexto escolar do campo exige um olhar atento para estes estudantes. É necessário compreender a sua localidade, de onde aprendem e o que aprendem, a sua escolarização deve ser movida por contextos que representam a sua realidade.

Referências

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. 5ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

BRASIL. LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 09 Maio. 2018.

_____. **Estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2002, CNE.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008.

DAMASCENO, A. R. Educação Inclusiva e Organização da Escola: Projeto Pedagógico na Perspectiva da Teoria Crítica. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UFF, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação, 2010

FERREIRA, M. C. C. **Escolarização de Alunos com Deficiência**. In: Escolarização de alunos com deficiência: Desafios e possibilidades. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

GALVÃO, P.E.S. **A escolarização do estudante com deficiência intelectual: os cadernos escolares como recursos didáticos em análise**. Dissertação de Mestrado. Campo Grande, MS. UEMS. 2016.

MARCOCCIA, P. C. P. **Escolas públicas do campo: indagação sobre a educação especial na perspectiva da inclusão educacional**. 2011. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

NOZU, W. C. S.; BRUNO, M.M.G.; HEREDERO, E. S. **Interface da Educação Especial – Educação do Campo: Diretrizes Políticas e Produção do Conhecimento no Brasil**. In: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, SP, Brasil, 2016.

OLIVEIRA, I. A. A educação especial em escolas multisseriadas do campo: matrizes educacionais e processo de inclusão escolar. In: MENDES, E. G.; CIA, F. (Org.). **Inclusão escolar e o atendimento educacional**. São Carlos: Marquêsini & Manzini; ABPEE, 2014. P. 125-144.

PLETSCH, M. D. **A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013)**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 22 (81). Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem. Vol. Nº 81. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n81.2014>.

RIBEIRO, J. A. R. **Momentos Históricos da Escolarização. In: Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas.** BAPTISTA Claudio R. (org.). Porto Alegre, RS. Editora Mediação, 2006.

ⁱ De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação são segmentos que compõem o público alvo da Educação Especial.